Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384
Boletim do Tempo Presente, nº 06, de 09 de 2013, p. 1 - 15, | http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente

ENTRE O LIVRO, A ENXADA E A KALASHNIKOV
A EXPERIÊNCIA GUERRILHEIRA E A FORMAÇÃO DO IDEAL NACIONAL DA FRELIMO EM MOÇAMBIQUE*

Por *Luiz Guimarães Sousa[ii]*



Resumo: Ao assumir o controle de Moçambique após uma década de luta armada contra Portugal em 1974, a Frelimo enxergava a experiência durante o combate (especialmente a organização e administração das chamadas zonas libertadas) como um guia para o governo. As questões relativas ao ideal de formação nacional moçambicana pós-independência se fundamentavam em uma perspectiva de "modernização" não só política, mas também social e cultural. Desta forma, as ações do partido e dos seus membros (idealizados na imagem do guerrilheiro como epítome de luta e visão de futuro), são prementes para a compreensão da dinâmica histórica de transformação da*frente nacionalista* em *partido marxista-leninista de vanguarda.* O projeto de construção da nação e do "homem novo" a partir de um Estado revolucionário também ajuda a compreender o eventual distanciamento entre as*identidades em projeto* e *identidades em processo* em Moçambique, que encontra ecos até os dias atuais.
Palavras-chave: Formação nacional; Lutas de libertação; Moçambique

Abstract: By taking control of Mozambique after a decade of armed struggle against Portugal in 1974, Frelimo saw the experience during combat (especially the organization and administration of the so called liberated zones) as a guide to the government. The issues concerning the ideal of national construction after independence were dealt based on a perspective of not only political, but also social and cultural "modernization". Thus, the actions of the party and its members (idealized in the image of the guerrilla as an epitome of struggle and envision for the future) are imperative to comprehend the historical dynamic of the transformation from nationalist front into a Marxist-Leninist vanguard party. The project of nation-building and molding of a "new man" through a revolutionary State also helps to comprehend the eventual drifting between the identities in project and identities in process in Mozambique, which still echoes today.
Key words: Nation-building; Liberation struggle; Mozambique

> ["Libertação é para nós não simplesmente uma questão de expulsar os portugueses: significa reorganizar a vida do país e colocá-lo na direção de um sadio desenvolvimento nacional".][iii]
> (MONDLANE, Eduardo. *The Struggle for Mozambique*. London: Penguin Books, 1969, p. 219)

A bandeira de Moçambique destaca-se pela representação gráfica de uma arma moderna; cruzada com uma enxada e ambas sobrepondo um livro, a metralhadora *kalashnikov* simboliza mais do que a luta empreendida pela libertação nacional, mas, em conjunto com os outros dois elementos citados, a ambição e imagem do papel do "homem novo" (guerrilheiro) como base da formação de Moçambique. Este artigo visa traçar historicamente a construção deste (até certo ponto romântico) ideal durante as lutas de libertação, e o que isso significou para os projetos e disputas da construção de um novo Estado-nação.

A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) foi fundada em 1962 durante um congresso realizado em Tanganica (hoje Tanzânia) entre líderes de movimentos anticoloniais, resultado da crença na necessidade de união em uma frente múltipla e ampla para alcançar a expulsão dos portugueses e o fim da dominação colonial. Os principais movimentos que formaram a Frelimo foram o *Mozambique African National Union* (MANU, fundada em 1959), a *União Democrática Nacional de Moçambique* (UDENAMO, fundada em 1960) e a U*nião Africana de Moçambique Independente* (UNAMI, fundada em 1961), agregando à "experiência de militância dos emigrados e refugiados, onde prevalecia a vivência rural, [...] quadros familiarizados com a modernidade urbana: peri-urbanos, 'letrados', trabalhadores, estudantes, pequenos comerciantes, religiosos, intelectuais" (CABAÇO, 2007, p. 393). Após dois anos de preparação e trabalho clandestino, a Frelimo lançou sua iniciativa armada em 1964, com uma série de pequenas incursões e sabotagens contra a administração colonial portuguesa. Desde este primeiro momento a organização reconhecia sua inferioridade numérica e tecnológica em relação aos portugueses, o que determinou a escolha pela luta de guerrilha, evitando o confronto aberto e direto. Esta decisão foi fundamental para o desenvolvimento da própria Frelimo, uma vez que foi dentro da estrutura e da experiência durante a atividade guerrilheira que tomaram forma e foram debatidas visões políticas, culturais e sociais para a Moçambique ambicionada[iv].

Neste processo, destaca-se a experiência nas chamadas *zonas libertadas*, regiões do território moçambicano dominadas e sob administração da Frelimo, conquistadas

durante as lutas anticoloniais especialmente no norte do país. Se nas primeiras zonas libertadas a administração foi conferida aos representantes identificados com a história pré-colonial, tal concerto não durou muito tempo. "A prática evidenciou o abismo que, sob a aparente convergência das motivações emancipacionistas, separava as cosmologias tradicionais e o projeto de 'modernidade' de que os jovens guerrilheiros eram portadores" (CABAÇO, 2007, p. 397). As "frentes de combate" para a mobilização geral da população, na visão da Frelimo, diziam respeito tanto às heranças do colonialismo como aos denominados "problemas tradicionais", nomeadamente o "tribalismo" e a superstição. Em obra escrita em 1968, em meio à luta armada, Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo, apontava os principais entraves para a tal mobilização:

> Entre os iletrados, o governo autoritário desencoraja a iniciativa, o senso de responsabilidade pessoal, e gera em vez disso uma atitude de não-cooperação com o governo; entre os poucos educados, incentiva um elitismo imitado da elaborada hierarquia do governo colonial. Nas zonas libertadas, esses são os tipos de influências que temos de combater, ao mesmo tempo em que a campanha contra os problemas tradicionais, como o tribalismo, a superstição e o baixo nível geral de entendimento político e econômico (MONDLANE, 1969, p. 220)

A divergência entre as esferas tradicionais e a frente nacionalista se dava em diversos níveis, desde o modelo de administração local e organização econômica à posição e papel da mulher (tanto na sociedade quanto na luta armada), entre outros. Em suma, o que estava em disputa não era apenas a estruturação política e social local, mas também os projetos para a nação futura.

Para a Frelimo, a visão e busca de legitimidade do movimento baseava-se mais em uma luta contra a dominação e um futuro ("moderno") a ser construído do que em um passado comunitário, linguístico ou cultural imemorial[v]. O poder tradicional, por se opor (nas palavras da Frelimo) "à ciência, à técnica e ao progresso", foi identificado como "parte do aparelho de poder colonial; ele representaria o poder dos colaboradores que tinham assegurado a ligação dos ocupantes com as populações rurais e que, por conseguinte, se tornavam igualmente alvos da luta ideológica" (CABAÇO, 2007, p. 399).

Segundo Chabal, "as novas elites africanas estavam inclinadas a consolidar os antigos territórios coloniais em países viáveis, unindo as diversas comunidades étnicas e oferecendo ao país uma visão modernizadora do futuro" (CHABAL, 2008, p. 42). O domínio do Estado e a organização e educação política (a "luta ideológica" citada por Cabaço) eram vistos como etapa antecessora da formação nacional. Como pode ser percebida na citação de Mondlane que abre este trabalho, a libertação do jugo português não era um fim em si próprio, mas parte do processo transformador da sociedade e construção nacional. Ao destruir o sistema colonial e superar as estruturas tradicionais, os militantes estariam simultaneamente construindo essa nova nação e nova identidade nacional, e as lutas de libertação eram vistas como fundamentais neste processo. "Ser" moçambicano não seria uma identificação pré-estabelecida[vi], mas "uma nova identidade construída em torno da pertença a um território geográfico que aceitava as fronteiras coloniais cuja identidade se deveria ir estruturando pela participação numa tarefa comum, a luta armada, e pela identificação num objetivo comum: a independência" (CABAÇO, 2007, p. 399)[vii].

Assim, a pretensão da construção e propagação de um ideário "nacional" era voltada fundamentalmente para a legitimação do projeto da Frelimo e sua visão para Moçambique, de uma *nação* e de um *cidadão moçambicano*racional, moderno (no sentido ocidental) e contrário a qualquer tipo de segregação (étnica ou racial). Desde o início das lutas de libertação dois processos se confundiram e mutuamente se formaram: o domínio da vida política e social a partir da *Frente* (posteriormente partido), e a crença na substituição das bases anteriores (colonialismo e o dito "tribalismo") para a construção da futura nação:

> Em Nashingwea [campo de treinamento guerrilheiro na Tanzânia], enquanto se preparavam os militares tática e estrategicamente para a luta, procurava-se estruturá-los ideologicamente através de uma prática de relações interpessoais e de relação com a natureza, pela qual passaria a gradual 'tomada de consciência' dos objetivos da luta, do projeto do futuro do país independente: uma sociedade justa, solidária, altruísta, coesa, socialmente disciplinada, com uma visão econômica fundada no princípio da auto-suficiência e dependente essencialmente 'das próprias forças' e da 'imaginação criativa do homem' (CABAÇO, 2007, p. 412).

O papel do guerrilheiro neste processo, então, excedia a vitória militar, sendo este também responsável pela (re)organização local (e, consequentemente, nacional):

"O exército [...] é um veículo muito poderoso de mudança. [...] O exército pode espalhar ideias e estabelecer o exemplo. [...] A solução [contra a desunião] deve estar no ensino e na organização prática. Nas zonas libertadas, a estrutura política é o partido" (MONDLANE, 1969, p. 165-166). Cabia ao guerrilheiro, exemplo e protótipo do "homem novo", além da reorganização política, estabelecer novas formas de produção, educação e saúde, remodelando a estrutura sócio-política em Moçambique e criando as condições para o surgimento de uma "nova sociedade".

Desta forma, a luta armada e o treinamento guerrilheiro foram vistos como experiência mítica fundadora da nova sociedade moçambicana[viii]. Nas palavras de Samora Machel, comandante militar e segundo presidente da Frelimo, foram a "grande universidade" frelimista: "a floresta foi nossa escola, o combate revolucionário, o nosso filtro purificador"[ix]. Denominada por Edson Borges a "marcha dos iluminados", a noção de uma pequena parcela de abnegados homens e mulheres liderando o processo de transformação ganhou proporções de política estatal após a Frelimo assumir o controle do governo temporário em 1974 e herdar autoridade sobre regiões mais integradas com seus vizinhos do que entre si. Após a independência, a teorização pela Frelimo da práxis guerrilheira, acabou por consagrar a

> necessidade da transplantação ao todo nacional da experiência mítica das zonas libertadas. [...] Pois em cada forma deveria ser inoculado um 'novo conteúdo'. Um conteúdo político-ideológico condizente com a orientação de classe operário-camponesa que viesse à concretizar na 'sociedade nova' o princípio de que a base de toda a riqueza social se fundamenta e é produzida pelo trabalho (BORGES, 1997, p. 29-30).

É neste sentido que foi manifestada uma das afirmações mais controversas de Samora Machel, segundo o qual, para "unir todos os moçambicanos para além das tradições e línguas diversas, requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a Nação" (MACHEL, 1978, p. 11). A visão de "construção" nacional implicava o fim dos chamados "laços coloniais" representados, como já visto, tanto pela estrutura de dominação europeia quanto pela "tradicional". Como afirma Cahen,

> quando a Frelimo impôs as "vilas comunais", ou baniu os chefes tradicionais ou os rituais da chuva, quando proibiu a reunião em funerais africanos, quando organizou campanhas pela alfabetização apenas em português, inclusive para idosos, quando nacionalizou todas as escolas, e assim por diante, isso não foi engajado principalmente em um processo socialista, mas

> sim na tentativa de lançar um processo "nacionalizante" [...] (CAHEN, 2012, p. 21).

A reestruturação social, política e cultural era baseada na tríade apresentada até hoje na bandeira nacional: educação, produção e luta. Representativo desta visão é que, em meio à luta de libertação, após o recebimento de uma moderna máquina de impressão por doação de estudantes finlandeses em 1971, os primeiros livros impressos pela Frelimo foram um discurso de Samora Machel ("Produzir é aprender. Aprender para produzir e lutar melhor") e uma antologia de poemas redigidos nas frentes guerrilheiras, denominada *Poesia de Combate* (BASTO, 2012, p. 116-117).

Esta concepção revolucionária-pedagógica vinha ao encontro da já explicitada noção da primazia do guerrilheiro como construtor da nova nação. Responsável pela organização política e pela produção, assim como pelo doutrinamento e "conscientização" da população, era simultaneamente guia e parte do "povo"[x]: "a participação no trabalho físico por parte dos soldados identificava-os com 'o Povo' e forjava sua unidade" (CABAÇO, 2007, p. 412). Tais aspectos foram representados nos poemas da obra "Eu, o Povo", de Mutimati Barnabé João. Pseudônimo (ou, como define Manoel de Souza e Silva (SILVA, 1996), *heterônimo*) de António de Lucena e Quadros, a obra tinha como objetivo refletir as ideias e aspirações nacionais de um suposto guerrilheiro morto em combate. No poema intitulado *Pés da mesa*, reafirma a importância do papel do guerrilheiro:

> Um camponês, um operário, um pescador, um estudante
>
> Discutiam quem é melhor, quem é mais, Quem é que É.
>
> Era um estudante. Era um pescador. Era um operário. Era um camponês.
>
> [...]
>
> Estavam os 4 pés da mesa a discutir
>
> Eu Eu Eu Eu é que seguro a Mesa de pé.
>
> Xi! Por isso há tampos de mesa pesados
>
> Que metem os pés no chão dentro com o peso
>
> Um soldado do Povo veio do calado dizer:
>
> Somos todos pés da Mesa da Pátria

> [...]
>
> O guerrilheiro Semeia a Unidade, Edifica o trabalho
>
> Navega na Vigilância, Estuda o serviço do Povo, Luta com a Divisão
>
> (JOÃO, 2007, p. 59-60)

Esta reiteração da necessidade de envolvimento do combatente com o "povo" não era gratuita. Após o assassinato de Eduardo Mondlane em 1969, exacerbaram-se as disputas internas na *Frente*, contrapondo principalmente dois grupos, classificados por J. L. Cabaço de "protonacionalistas", representados por Uria Simango e "militaristas", liderados por Samora Machel (à época chefe do Departamento de Defesa – ou seja, comandante das forças militares)[xi]. As tensões latentes se transformaram finalmente em disputa devido ao embate sobre a participação ou não dos quadros de jovens moçambicanos com educação avançada na luta armada: "os militares argumentavam que existiam diferenças profundas entre os interesses de alguns nacionalistas e os interesses populares e que a solução dessa divergência passava necessariamente pelo trabalho com o povo e pelo envolvimento ativo na luta armada" (CABAÇO, 2007, p. 408).

Com a vitória da corrente militarista (e os subsequentes expurgos) foi vitoriosa também a concepção da primazia do Estado/partido sobre organização da sociedade civil, e a noção de luta constante contra os inimigos da "construção nacional", fossem eles externos (os portugueses) ou internos (toda e qualquer pessoa que não compactuasse com os ideais revolucionários da Frelimo, independentemente da cor de sua pele e posição social). Tais concepções levaram à fundação, após a independência, dos Grupos Dinamizadores (GD's), estabelecidos em 1974 sob a plataforma *Unidade, Trabalho, Vigilância*. Esses grupos eram, nas palavras do partido, "a arma básica na luta contra todas as formas de sabotagem econômica […]" (*Relatório do Terceiro Congresso do Partido, 1977 apud* HALL e YOUNG, 1997, p. 52) e "tinham como funções principais aplicar as directivas da Frelimo e do Governo de Transição, […] explicar a linha política da Frelimo e dinamizar o povo […]" (MACHIANA, 2001, p. 54).

Em relação ao combate ao "inimigo interno", destaca-se a criação dos campos de reeducação, "localizados no centro e norte do país, onde entrando como inimigos do povo deveriam sair, após um processo de limpeza, como exemplo do 'homem novo' revolucionário, identificado com o povo" (COELHO, 2003, p. 191). Para qualificar perante a população este inimigo dentro da sociedade moçambicana, o Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo criou a figura do Xiconhoca, personagem que se tornou "universalmente conhecido como o modelo negativo que está fomentando o 'tribalismo', o sexismo e a exploração parasitas, os quais são um anátema à cultura moçambicana emergente" (ISAACMAN, 1978, p. 31).

Assim, a formação nacional moçambicana alcançou contornos de *missão permanente* (expressada pelo slogan *A Luta Continua*), extrapolando a destruição da força exploradora europeia exógena. A visão da reestruturação política, social e cultural de Moçambique é marcante em uma entrevista de E. Mondlane concedida a Aquino de Bragança logo após o II Congresso da Frelimo, realizado em 1968:

> Uma base comum que todos tínhamos quando formamos a Frelimo era o ódio ao colonialismo, a necessidade de destruir a estrutura colonial e impor uma nova estrutura social... mas que tipo de estrutura social ninguém sabia. Alguns sabiam, tinham ideias teóricas, mas mesmo esses foram transformados pela luta. Há uma evolução no pensamento que se operou durante os últimos 6 anos que me pode autorizar, que eu me autorizo a mim mesmo concluir, que a Frelimo é agora, realmente, muito mais socialista, revolucionária e progressista do que nunca, e a tendência agora é mais e mais em direção ao socialismo do tipo marxista-leninista (BRAGANÇA e WALLERSTEIN, 1978 apud CABAÇO, 2007, p. 417-418).

Em 1977, em face também à conjuntura da ordem bipolar da Guerra Fria e da guerra civil contra a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)[xii], a Frelimo adotou abertamente a linha socialista, e se proclamou Partido Marxista-Leninista de Vanguarda durante o seu III Congresso, afirmando como missões a Revolução, o doutrinamento político-ideológico do "povo" e a autossuficiência produtiva e econômica (cf. CHABAL, 2002, p. 51; MACHIANA, 2001, p. 40).

Contudo, a visão (política, social e cultural) da Frelimo não logrou sucesso em formar uma "sociedade nacional" moçambicana. Se o discurso frelimista insistia na primazia do "popular" na construção do país, este mesmo "povo" era visto mais objeto das ações do partido do que ator, mais uma abstração teórica do que cidadãos. A união

conceitual "Povo/Estado/Nação/Partido" distanciou gradativamente as *palavras de ordem* da Frelimo das necessidades e expressões cotidianas, tanto dentro quanto fora das estruturas do partido[xiii].

Entre tentativa de construção e disputas identitárias, J. L. Cabaço afirma que Moçambique não logrou se tornar uma nação com identidade emocional, soberana e limitada (ou uma *comunidade imaginada* efetiva e inclusiva). Como defende Katherine Verdery, citada por B. Andrson, o simbolismo da concepção uniforme de nação é colocado em cheque à medida que o Estado falha em cumprir a "missão legitimadora – ou seja, as promessas de autonomia e bem-estar" (VERDERY *apud* ANDERSON, 2000, p. 20). No caso moçambicano, a fissura na organização social e política sob as balizas geográficas herdadas do Estado colonial português resultou na constituição do que Cabaço chama de espaço-Moçambique, em oposição a uma *nação-Moçambique*, que constituía (e, de certa forma, ainda constituí) mais um horizonte de expectativa do que o reconhecimento identitário "nacional" efetivo (cf. CABAÇO, 2007, p. 424).

Assim, a abordagem pedagógica e homogeniezante da formação nacional moçambicana fundamentada em uma perspectiva de "modernização" política, social e cultural gerou um distanciamento entre a *identidade em projeto*pregada pela Frelimo e as diversas *identidades em processo* dentro do território. Teve grande influência neste cenário a visão das lutas de libertação, uma vez que "o projeto da Frelimo [...] não tem uma gênese assimilacionista. No limite, podemos considerá-lo como um projeto 'militarista', no sentido em que ele se estrutura em torno de *valores e comportamentos* surgidos da organização de uma força combatente" (CABAÇO, 2007, p. 425). Desta forma, a tentativa de impor um modelo sócio-cultural (idealizado pela mitologia das zonas libertadas de combate, educação e produção) a todas as regiões após a independência, inclusive as urbanas, não encontrou eco nas populações locais, provocando o conflito entre a identidade imaginada e as experiências reais.

Desta forma, devido às crenças ideológicas da cúpula do partido que tomou as rédeas do novo Estado e sua ambição de alcançar o "futuro revolucionário" e a "modernidade", a vida da população sofreu mudanças verticais[xiv]. Para desvelar e entender este processo de tentativa de imposição da "modernidade nacionalista hegemônica", Partha Chatterjee defende a necessidade de "traçar, em suas historicidades mutuamente condicionadas, as formas específicas que surgiram, de um

lado, no campo definido pelo projeto hegemônico da modernidade nacionalista, e, de outro, nas numerosas resistências fragmentadas a esse projeto normalizante" (CHATTERJEE, 2000, p. 237). Exemplar dessa disputa cultural-identitária é o discurso proferido por Eugênio Lisboa, crítico literário e ensaísta moçambicano, antes do colóquio "*Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*: à Procura da Identidade Nacional e Individual":

> falamos sempre demasiado do que não sentimos o suficiente e gabamo-nos sobretudo das conquistas que não fazemos. [...] A busca da identidade, comandada de cima, pode muito bem assumir a forma e emitir o cheiro de um mau programa nacionalista (no pior sentido), para efeitos políticos de valor ético duvidoso. [...] No meio de tudo isto, ao pobre do povo e ao pobre do artista, fica-lhe o fado triste de dançarem conforme a música que lhes tocam, mudando de identidade como quem muda de camisa [...] (LISBOA apud COUTO, 1987, p. 16-17).

Esta forte expressão de desilusão quanto às atitudes do governo, denunciando a artificialidade da própria construção nacional moçambicana em consequência das imposições homogeneizantes comandadas de cima (chamadas aqui de "mau programa nacionalista"), tem lugar em 1984, apenas uma década após o fim dos conflitos armados contra Portugal. "O povo" referido por Eugênio Lisboa, apesar sujeito coletivo abstrato, não é considerado unívoco, e a busca pela identidade não é só nacional, mas também individual. As imposições e contendas identitárias, exacerbadas ainda mais devido à longa (e extremamente violenta) guerra contra a RENAMO, moldaram diferentes concepções do "que é Moçambique" e o que é "ser moçambicano", processo histórico este que é reinventado cotidianamente.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008

_____. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

BALAKRISHNAN, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

BASTO, Maria-Benedita. **A guerra das escritas: literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique.** Viseu: Edições Vendaval, 2006

_____. Writing a Nation or Writing a Culture?: Frelimo and nationalism during the Mozambican liberation war. In: MORIER-GENOUD, Éric. **Sure Road?: Nations and Nationalisms in Guinea, Angola and Mozambique**. Leyde: Brill, 2012

BORGES, Edson. **Estado e Cultura: a práxis cultural da Frente de Libertação de Moçambique (1962-1982).** Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, São Paulo, 1997

BRAGANÇA, Aquino e WALLERSTEIN, **Immanuel. Quem é o inimigo?** (3 vol.). Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação.** Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, São Paulo, 2007

CAHEN, Michel. Anticolonialism & Nacionalism: deconstructing synonymy, investigating historical processes. In: MORIER-GENOUD, Eric. **Sure Road ? Nations and Nationalisms in Guinea, Angola and Mozambique**. Leyde: Brill, 2012

CHABAL, Patrick. Imagined Modernities: community, nation and state in postcolonial Africa. In: PIMENTA, Fernand; SOUSA, Julião S.; TORGAL, Luís R. **Comunidades Imaginadas: nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 41-48

_____. Lusophone Africa in Historical and Comparative Perspectives. In: CHABAL, Patrick (Org.). **A History of Postcolonial Lusophone Africa**. London: Hurst & Company, 2002

CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

COELHO, João Paulo Borges. **Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas.** Lusotopie 2003: 175-193

COUTO, Mia. **Vozes Anoitecidas.** Lisboa: Editorial Caminho, 1987. p. 16-17

HALL, Margaret & YOUNG, Tom. **Confronting Leviathan: Mozambique since independence.** London: Hurst & Company, 1997

ISAACMAN, Allen. A Luta Continua: Creating a new society in Mozambique. **Southern Africa Pamphlets**, n. 1. Binghamton: Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems, and Civilizations, State University of New York,1978

JOÃO, Mutimati Barnabé. **Eu, o Povo.** Lisboa: Cotovia, 2007

MACHEL, Samora. **Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria.** Coleção Palavras de Ordem. Departamento de Trabalho ideológico. Maputo, Frelimo. 1978

MACHIANA, Emídio Xavier. **A transformação da Revista 'Tempo' num órgão de informação revolucionário: as conquistas e as contradições (1974-1977).** Dissertação. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2001

MENDONÇA, Fátima. O conceito de nação em José Craveirinha, Rui Knopfli e Sérgio Vieira. In: **Via Atlântica**, n. 5. Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, 2002

MONDLANE, Eduardo. **The Struggle for Mozambique.** London: Penguin Books, 1969

NEWITT, Malyn. Mozambique. In: CHABAL, Patrick, **A History of Postcolonial Lusophone Africa**. London: Hurst & Company, 2002.

SILVA, Manoel de Souza e. **Do alheio ao próprio: a poesia em Moçambique.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Goiânia: Editora da UFG, 1996.

Notas

[ii] Mestrando em História Social – Universidade de São Paulo

* Este artigo é uma versão ampliada e modificada de uma comunicação intitulada "A influência das lutas de libertação no projeto político da FRELIMO", apresentada na VII Semana de História Política / IV Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade, organizada pela Universidade do Estado Rio de Janeiro em 2012.

[iii] Todas as traduções são de responsabilidade do autor.

[iv] Este artigo será focado nas concepções que moldaram o ideal e as ações da direção ideológica e política da FRELIMO liderada pelo chamado "grupo militarista" (assim definido por José Luís Cabaço (CABAÇO, 2007, p. 407)), e as menções seguintes à sigla do partido se referem primordialmente a este grupo. Contudo, apesar de ser o discurso imposto como hegemônico, não é possível apresentá-lo como a única voz dentro da organização.

É digno de nota que expressões conflitantes existiram desde a fundação da Frente, resultando em diversos pontos de inflexão, como a expulsão de Uria Simango do triunvirato que assumiu o controle da FRELIMO após o assassinato de Eduardo Mondlane em 1969. Também exemplares destes conflitos internos foram os envios de presos políticos aos campos de reeducação, entre eles o próprio Simango, que acabou executado por traição (cf. Entrevista de Joaquim Chissano, disponível em: <http://www.dw.de/pena-que-n%C3%A3o-continuemos-a-ter-campos-de-reeduca%C3%A7%C3%A3o-diz-joaquim-chissano/a-16258686>;;).

[v] Patrick Chabal (CHABAL, 2008) define esta característica (não só de Moçambique como de outros Estados-nação africanos) como uma modernidade imaginada, em adaptação do clássico termo comunidade imaginada, de Benedict Anderson (ANDERSON, 2008). Apesar de concordar com o cerne do argumento, ou seja, da primazia do projeto de futuro sobre as experiências "tradicionais" na visão da formação nacional na África pós-colonial, vale afirmar que ambos não são mutuamente excludentes (apropriações não são raras, como no próprio caso da utilização da resistência de Gungunhane à invasão portuguesa pela FRELIMO).

[vi] A revista Tempo, reverberando os ideais do partido, afirmava em 1974 que "a definição de moçambicano não corresponde a uma cor de pele, origem racial e étnica, religiosa ou outra [...]" (Tempo, Maputo, 19 de maio de 1974, n. 192, p. 11-12).

[vii] É interessante notar a colocação no gerúndio "ir estruturando", caracterizando um processo dinâmico e ainda incompleto.

[viii] Em uma visão claramente romantizada deste processo, o militante Fernando Ganhão, em intervenção durante o IV Congresso do Partido FRELIMO (1983), afirmou que "nas zonas libertadas, moçambicanos de várias regiões construíram em conjunto um novo tipo de vida, criaram novos padrões de valores morais, normas de conduta e relacionamento, atitudes que os definem pouco a pouco como seres característicos, identificáveis numa nova qualidade nascida com a guerra, a moçambicanidade. E eram homens que falavam línguas diferentes, que tinham hábitos díspares, que tinham variadas manifestações culturais, mas que se irmanavam e sentiam realizados como cidadãos duma mesma Pátria [...]" (GANHÃO apud MENDONÇA, 2002, p. 63).

[ix] Discurso de Samora Machel citado em Tempo, Maputo, 07 de outubro de 1984, n. 730.

[x] Categoria de difícil definição exata, a noção de "povo" era intencionalmente abrangente, correspondendo especialmente aos trabalhadores rurais e urbanos.

Esta pretensa identificação com a "realidade do povo" era de tal maneira importante na ideologia frelimista que o partido chegou a realizar em 1978 um julgamento coletivo de artistas que estiveram presos durante a luta anticolonial. Por não terem participado diretamente da luta, eram vistos como distantes da realidade do "povo moçambicano", e "foram em consequência do 'julgamento' enviados por algum tempo para fora de Maputo, para reeducação. Malangatana [escritor e artista plástico] foi para Nampula, [Rui] Nogar [poeta e jornalista], para o Niassa". (BASTO, 2006, p. 93)

[xi] Juntamente com Simango e Marcelino dos Santos, Machel formou o triunvirato da Comissão Presidencial da FRELIMO após a morte de Mondlane.

[xii] A REMANO surgiu em 1975 como movimento organizado, armado e financiado a partir dos países capitalistas vizinhos de Moçambique (Rodésia do Sul e África do Sul), insatisfeitos com os rumos de uma revolução em um país fronteiriço e o apoio

moçambicano a movimentos de resistência dentro de seus territórios (a União Nacional Africana do Zimbábue e o Congresso Nacional Africano, respectivamente). A RENAMO foi unida, então, a partir da (e como) oposição à FRELIMO, sendo portanto "anti-socialista", "anti-mestiço", racialmente orientada e tradicionalista. (CHABAL, 2002, p. 36).

[xiii] Sobre esta distanciação, aponta C. Lopes, citado por E. Borges, que a ideologia torna-se "um quadro referencial normativo, que não implica de forma alguma uma coerência teórico-prática [...]. Até que ponto não serão os camponeses obrigados pela nova lógica estatal – reclame-se ela do Socialismo – a participar de uma forma que lhes é imposta na construção de uma sociedade diferente?" (LOPES, apud BORGES, 1997, p. 19).

[xiv] Tanto pela mudança abrupta de paradigma das relações sociais e função/lugar do Estado quanto no sentido de imposição "do topo para a base".